

## ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às 14H00min, foi realizada à Rua  
2 São Bento nº 405, Edifício Martinelli, 15º Andar, Sala 154 - Auditório, a **54ª Reunião**  
3 **Extraordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**, com transmissão ao vivo  
4 pelo serviço de streaming (*YouTube*), nos termos da Portaria nº 17 complementada pela  
5 Portaria nº 19/2020/SMDU.G. **Pauta do dia:** 1. Comunicações Gerais; 2. Apresentação e  
6 deliberação da minuta do Regimento Interno. **01)** A Presidente, Sra. Elisabete França, iniciou a  
7 reunião às 14h26min, cumprimentando as Conselheiras e os Conselheiros e prosseguiu para as  
8 Comunicações Gerais: posse dos representantes da Sociedade Civil do Conselho Municipal da  
9 Pessoa com Deficiência - CMPD, Sra. Maria Frydda Emanuely Gonçalves Monteiro (Titular) e  
10 Sr. Carlos Alberto Moraes da Silva (Suplente), conforme Portaria SGM nº 76, de 13 de março  
11 de 2025, publicada no D.O.C. de 17 de março de 2025; posse dos representantes do Poder  
12 Público, Sr. Leonardo Pedrassoli Soares (Titular) pela Macrorregião Oeste, Sra. Katia Falcão de  
13 Souza (Titular) e Sr. Dirso Parpineli Filho (Suplente) pela Macrorregião Leste 1, Sr. Oziel  
14 Evangelista de Souza (Titular) e Sr. Gilson Almeida Barreto Junior (Suplente) pela Macrorregião  
15 Leste 2, Sra. Flavia Aparecida da Silva Santos (Titular) e suplência vaga, conforme Portaria SGM  
16 nº 96 de 28 de março de 2025, publicada no D.O.C. de 31 de março de 2025; posse da  
17 representante da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB, Sra. Maria  
18 José Gullo (Suplente) conforme Portaria SGM nº 98, de 31 de março de 2025, publicada no  
19 D.O.C. em 01 de abril de 2025, ciência da Ata da 40ª Reunião Extraordinária e informe sobre a  
20 Comissão Eleitoral para o Processo eleitoral dos membros da Sociedade Civil do CMPU para o  
21 Biênio de 2025/2027, com prazo até dia 13 de abril de 2025 para envio por e-mail das  
22 indicações para a composição da comissão eleitoral; e ciência da ata da 40ª reunião  
23 Extraordinária da Comissão Municipal de Política Urbana – CMPU e de informe sobre a  
24 Comissão Eleitoral; em seguida, com a palavra, o representante titular do Conselho  
25 Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães,  
26 que apresentou solicitação quanto à simultaneidade da presente reunião do Conselho  
27 Municipal de Política Urbana – CMPU com a reunião da Comissão de Organização da  
28 Conferência, ressaltando que ambas contam com participação de membros oriundos da  
29 sociedade civil, o que ocasiona divisão entre os representantes; prosseguiu relatando que a  
30 solicitação de cancelamento da referida reunião concorrente foi encaminhada por e-mail pelo  
31 Conselheiro José André, tendo como resposta a alegação de que os participantes da  
32 conferência seriam suplentes no CMPU, o que, segundo afirmou, não corresponde à realidade,  
33 uma vez que diversos membros – ele próprio, bem como os senhores e senhoras Renata, Sivi e  
34 Benedito – são titulares em ambas as instâncias; concluiu reiterando sua posição de que o  
35 mais adequado seria cancelar e remarcar a outra reunião; em resposta, a Presidente do  
36 Conselho, Sra. Elisabete França, informou que a solicitação já foi encaminhada à coordenadora  
37 Sueli, requerendo o cancelamento da reunião concorrente; agradeceu pela manifestação e, em  
38 seguida, deu início à discussão do Regimento Interno. **02)** Com relação ao item 2 da pauta, a  
39 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari, esclareceu que a subcomissão responsável pelo

40 trabalho de revisão do Regimento Interno passou por diferentes composições ao longo do  
41 processo; informou que, na última reunião, já havia sido elaborada uma minuta que foi  
42 posteriormente encaminhada à Assessoria Jurídica para análise; explicou que referida minuta  
43 foi construída e consolidada pelos conselheiros que integravam a subcomissão na etapa final  
44 dos trabalhos; acrescentou que o processo de retorno da manifestação jurídica ocorreu em  
45 janeiro, conforme já mencionado na reunião anterior, porém, devido à limitação de tempo, o  
46 tema não foi incluído na pauta da primeira reunião de fevereiro; esclareceu ainda que a versão  
47 da minuta enviada aos conselheiros é aquela resultante da manifestação jurídica mais recente  
48 sobre a proposta finalizada pela subcomissão; indagou, por fim, se os conselheiros desejam  
49 proceder com a apreciação do texto ponto a ponto; em continuidade, fez uso da palavra o  
50 Conselheiro titular da União dos Moradores do Parque da Mooca, Avenida Presidente Wilson e  
51 Adjacências, representante da Associação de Bairro 4, Sr. José André de Araujo, que iniciou sua  
52 manifestação saudando todos os presentes com a paz de Nosso Senhor Jesus Cristo;  
53 prosseguiu apresentando uma breve síntese dos trabalhos realizados pela subcomissão  
54 responsável pela revisão do regimento interno; relatou que a Senhora Secretária Executiva  
55 encaminhou, por correio eletrônico, comunicação fixando prazos para o envio das minutas a  
56 serem analisadas; afirmou que, dentro desse prazo, foi enviada por sua parte uma minuta de  
57 proposta, conforme estabelecido; ressaltou que, para surpresa de todos, foi recebida  
58 posteriormente uma nova minuta, a qual, segundo sua avaliação, superou amplamente o  
59 limite temporal fixado, comprometendo a lógica do processo; acrescentou que todos os  
60 membros da subcomissão cumpriram rigorosamente os prazos estipulados e que, portanto, o  
61 material a ser objeto de deliberação deveria restringir-se àquilo que foi submetido  
62 tempestivamente; declarou que a inserção da referida minuta posterior alterou de forma  
63 aleatória o fluxo de análise, atropelando os critérios previamente estabelecidos e frustrando o  
64 propósito da subcomissão; asseverou, ainda, que tal conduta comprometeu a legitimidade dos  
65 trabalhos e configuraria, segundo sua avaliação pessoal, um golpe, ressaltando que todos os  
66 presentes são adultos e experientes o suficiente para compreender a gravidade do ocorrido;  
67 enfatizou que essa situação merece ser devidamente registrada nos anais da reunião,  
68 especialmente pelo fato de que sua proposta foi encaminhada dentro do prazo e  
69 acompanhada da assinatura de outros conselheiros; lamentou que essa conduta não tenha  
70 sido respeitada, referindo-se à nova minuta, de forma crítica, como “safada”, cuja análise mais  
71 detalhada se daria em momento posterior; finalizou agradecendo a atenção de todos; em  
72 seguida, manifestou-se a Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana, Sra. Elisabete  
73 França, que esclareceu que a minuta encaminhada aos conselheiros passou por considerações  
74 específicas que levaram em conta os limites impostos pelo decreto vigente, e que, portanto,  
75 foram suprimidos trechos considerados incompatíveis com o mesmo; prosseguiu recordando  
76 que, conforme deliberado nas últimas reuniões do colegiado, manifestações que imputem  
77 acusações graves, como a de golpe, são absolutamente inadequadas ao espaço democrático  
78 do CMPU, que é um órgão composto pela pluralidade da sociedade; salientou que não há, por  
79 parte de ninguém, a intenção de impor qualquer decisão arbitrária ou desrespeitosa; sugeriu  
80 que, caso o entendimento geral seja de que a nova minuta enviada com os ajustes da



81 assessoria jurídica não foi suficientemente discutida, pode-se deliberar a concessão de novo  
82 prazo para sua análise no âmbito da comissão organizadora; reiterou, contudo, o apelo para  
83 que o debate ocorra com serenidade e dentro de um espírito democrático, dado que o  
84 Conselho se encontra, há longo período, desprovido de regimento interno, e que é necessário  
85 que se avance na construção de um novo documento; concluiu solicitando que, ao invés de  
86 acusações infundadas, os conselheiros apresentem propostas concretas de encaminhamento;  
87 mencionou que a assessoria jurídica identificou trechos na proposta anterior que não  
88 poderiam subsistir por não estarem previstos no decreto, e reiterou que há disponibilidade de  
89 tempo para aprofundamento da discussão, reafirmando que não há intenção de concluir o  
90 regimento interno de forma precipitada; finalizou convocando os membros a escutarem as  
91 diferentes opiniões e deliberarem conjuntamente uma decisão adequada ao colegiado; na  
92 sequência, com a palavra a Conselheira titular representante do Conselho Participativo  
93 Municipal da Macrorregião Leste 1, Sra. Elodia Fátima Filippini, que cumprimentou os  
94 presentes e dirigiu-se à Secretária Executiva para registrar ponderações sobre a condução dos  
95 trabalhos da subcomissão encarregada da revisão do regimento interno; relatou que  
96 participou ativamente do referido grupo de trabalho, o qual inicialmente atuava sob uma  
97 lógica distinta daquela que posteriormente se consolidou; informou que, no início das  
98 atividades, havia participação de representante da Procuradoria Geral do Município, o qual  
99 apontava limitações para a revisão do regimento, mas que tais ponderações não foram  
100 acatadas pela comissão, razão pela qual o referido representante se afastou dos trabalhos;  
101 mencionou que, apesar disso, o grupo continuou seus trabalhos, orientando-se pela lógica de  
102 que a revisão deveria ser fundamentada na Lei nº 16.050, de 2014, especialmente no artigo  
103 329 do Plano Diretor Estratégico, e não nas diretrizes do decreto regulamentador; asseverou  
104 que esta perspectiva foi reiteradamente manifestada pela sociedade civil nas reuniões do  
105 grupo de trabalho, as quais, segundo indicou, estão devidamente gravadas; criticou o envio,  
106 junto com a nova minuta, do mesmo parecer jurídico anteriormente rejeitado pelo grupo,  
107 oriundo da Assessoria Técnica e Jurídica (ATAJ), fundamentado unicamente no decreto, o qual,  
108 em sua avaliação, se afasta da legislação vigente ao restringir competências do CMPU ou  
109 atribuí-las a terceiros, como o Prefeito, em matérias como a composição da CTLU e da CPPU;  
110 sustentou que, por extrapolar ou restringir indevidamente disposições legais, o decreto não  
111 pode ser considerado parâmetro adequado para a revisão regimental; diante disso, solicitou  
112 formalmente a concessão de novo prazo para que o grupo de trabalho possa revisar a minuta  
113 enviada, considerando as observações expostas e a necessidade de compatibilizar o texto com  
114 os dispositivos legais que regem o Conselho; em seguida, com a palavra, a Presidente, que  
115 esclareceu que nada é emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento –  
116 SMUL ou pela Prefeitura sem a devida apreciação da Procuradoria Geral do Município – PGM,  
117 cujos representantes estavam presentes na reunião; mencionou o Procurador-Chefe e a  
118 Procuradora que já participaram das reuniões anteriores; em continuidade, dirigindo-se à  
119 Conselheira representante da Associação Paulista dos Bairros – ASSAMPALBA, afirmou que, de  
120 todo modo, será possível conceder o prazo necessário para discussão interna, uma vez que  
121 não há pressa quanto à deliberação da minuta; declarou que a versão final do documento será

submetida à PGM, sendo esta representada, naquela ocasião, pelo Procurador-Chefe; acrescentou que a Procuradora também acompanhou todas as reuniões anteriores; concluiu solicitando primeiramente a manifestação do Procurador-Chefe e reiterando a possibilidade de ampliação do prazo de discussão, conforme consenso, para que a minuta seja debatida à luz das observações da PGM; em seguida, com a palavra, o Procurador-Chefe da Assessoria Técnica e Jurídica – ATAJ, Sr. Roger Francisco Borges, que iniciou sua manifestação cumprimentando os presentes e identificando-se como integrante da Procuradoria Geral do Município e atuante há quase duas décadas na carreira de procurador, inclusive em outro município; esclareceu que, ao analisar a revisão do regimento, compreende as angústias e insatisfações dos membros do Conselho quanto a determinadas limitações impostas; reconheceu que é possível que o decreto vigente tenha extrapolado os limites estabelecidos pela legislação, ainda que tenha sido objeto de revisão, por tratar-se de instrumento humano, naturalmente passível de falhas; ponderou, contudo, que a correção de competências, atribuições ou eleições que estejam além da alçada do Conselho jamais poderá ser realizada por meio do regimento interno; ressaltou que tal documento se destina unicamente à normatização do funcionamento interno, tratando da organização das sessões, do tempo de fala, das formas de participação e das atribuições internas; declarou que qualquer disposição que trate de aspectos externos, como nomeações e competências atribuídas a instâncias fora do Conselho, extrapola os limites legais do regimento; sugeriu que as insatisfações sejam formalizadas como propostas de alteração do decreto ou de legislação específica, como projeto de lei, canais estes mais adequados para eventuais correções; informou que, ao revisar a minuta, não incluiu dispositivos novos, mas suprimiu tudo que excedia os limites legais do regimento interno; reiterou que há uma limitação estrutural e conceitual que impede o regimento de tratar temas que não sejam internos ao funcionamento do órgão; esclareceu que, embora o decreto eventualmente ultrapasse a lei, os procuradores, enquanto servidores públicos e intérpretes da legislação, não podem simplesmente desconsiderá-lo; concluiu ressaltando que podem auxiliar na formulação de propostas de novo decreto ou projeto de lei, reiterando que a comissão possui plena autonomia para deliberar sobre a dinâmica de suas reuniões, mas não além disso; em sequência, com a palavra, o Suplente representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO/SP, Sr. Eduardo Della Manna, que dirigiu cumprimentos à Secretária Executiva e aos presentes; declarou considerar que a manifestação do Procurador-Chefe da Assessoria Técnica e Jurídica fora suficientemente clara e coerente, reiterando que as observações expostas constam também em manifestação escrita assinada pela Procuradora do Município, Sra. Ana Paula Fernandes Nogueira da Cruz, encaminhada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL; prosseguiu dirigindo-se especialmente aos novos integrantes do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, relatando o histórico de comissões constituídas para a revisão do Regimento Interno, destacando que a primeira foi formada, segundo recorda, em 2018 ou no início de 2019, e que, embora não tenha participado da referida composição, passou a integrar uma segunda comissão formada após a saída de vários conselheiros; registrou que essa segunda composição trabalhou de forma



163 contínua, inclusive durante a pandemia, realizando reuniões por videoconferência e chegando  
164 a um texto que foi considerado razoável pelos membros que a compunham; observou,  
165 entretanto, que com a renovação dos representantes do CMPU, foi instituído um terceiro  
166 grupo de trabalho, o qual, em suas palavras, “revirou completamente” os avanços obtidos pela  
167 comissão anterior, promovendo o que classificou, entre aspas, como “desvios” em relação ao  
168 que efetivamente deve constituir um Regimento Interno, buscando extrapolar suas finalidades  
169 por meio da proposição de alterações ao decreto e até mesmo à Lei do Plano Diretor  
170 Estratégico – PDE; ao final, mencionou que, ao contrário da fala da Conselheira representante  
171 de entidade da sociedade civil, que tratou o posicionamento como se fosse unificado, entende  
172 que esta representa apenas uma parcela da sociedade civil, lembrando que o setor  
173 empresarial também a compõe e sempre se posicionou com clareza nos debates; concluiu  
174 afirmando que, diante dos rumos assumidos pelo terceiro grupo, optou, junto com o setor  
175 empresarial, por retirar-se dos trabalhos dessa comissão; em continuidade, com a palavra, o  
176 Conselheiro titular representante da União dos Movimentos de Moradia – UMM, Sr. Benedito  
177 Roberto Barbosa, que iniciou sua manifestação agradecendo à Secretária Executiva e  
178 registrando que também desejava se pronunciar; ponderou que as advertências proferidas na  
179 reunião deveriam se aplicar igualmente ao setor empresarial, considerando inaceitável  
180 qualificar as proposições oriundas do movimento social ou das organizações da sociedade civil  
181 não empresariais como sendo “golpes” ou “desvios”; enfatizou que tal terminologia não se  
182 coaduna com o espírito democrático do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, do  
183 qual participa há muitos anos, em diferentes instâncias, e onde sempre atuou com base no  
184 respeito e no compromisso com uma cidade mais inclusiva e solidária; mencionou sua atuação  
185 também como integrante do Conselho Participativo da Subprefeitura do Ipiranga, reforçando  
186 sua trajetória de envolvimento cidadão e institucional; dirigindo-se à Presidente, Sra. Elisabete  
187 França, com quem afirmou ter longa convivência, reiterou que seu posicionamento, assim  
188 como o do movimento social, é sempre de contribuição para o aprimoramento das políticas  
189 públicas e da qualidade de vida na cidade de São Paulo; asseverou que não é função nem do  
190 poder público, nem do setor empresarial, sobrepor-se ou deslegitimar as iniciativas da  
191 sociedade civil organizada; destacou a importância de reconhecer a pluralidade de visões e  
192 buscar construir consensos quanto ao funcionamento do CMPU e às deliberações em pauta,  
193 particularmente no que se refere à revisão do regimento interno; concluiu sustentando que,  
194 havendo divergências de entendimento, é fundamental que essas sejam explicitadas de forma  
195 transparente, permitindo que todos os conselheiros, inclusive os recém-chegados, tenham  
196 plena clareza quanto aos conteúdos debatidos e às decisões a serem tomadas no âmbito do  
197 colegiado; em resposta, manifestou-se a Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana  
198 – CMPU, Sra. Elisabete França, a qual indagou ao representante do Movimento de Moradia  
199 qual seria, afinal, a proposta concreta a ser considerada diante do exposto; em sequência, com  
200 a palavra, o Conselheiro titular representante do Movimento de Moradia 1, manifestou-se no  
201 sentido de que o processo em questão ainda carece de amadurecimento, destacando que  
202 existem propostas de alteração do decreto que justificam a continuidade das discussões;  
203 ressaltou que a manifestação do representante da Assessoria Técnica e Jurídica revelou-se

204 pertinente, ao indicar a possibilidade de formulação de propostas para modificação normativa,  
205 o que lhe pareceu oportuno e viável; prosseguiu relatando ter ficado inicialmente receoso de  
206 que se deliberasse de forma apressada, sem o necessário aprofundamento, mas declarou  
207 compreender, com base nas falas anteriores, que haverá tempo adequado para elaboração de  
208 propostas, inclusive de alteração do decreto, bem como para se buscar um consenso o mais  
209 abrangente possível; concluiu solicitando, portanto, a concessão de novo prazo, a fim de que  
210 as propostas possam ser amadurecidas com clareza e segurança por todos os conselheiros  
211 presentes; em seguida, a Presidente questionou ao Conselheiro representante do Movimento  
212 de Moradia 1 se sua proposição consistiria na continuidade do debate durante a presente  
213 reunião ou na prorrogação do prazo para deliberação acerca da minuta do regimento interno;  
214 em seguida, com a palavra, o Conselheiro titular representante do Movimento de Moradia 1  
215 afirmou que sua proposta consistia no adiamento da deliberação e na continuidade do debate;  
216 ponderou que o tema ainda demanda amadurecimento, tendo em vista a existência de  
217 divergências no seio da sociedade civil, o que justificaria aprofundamento das discussões,  
218 especialmente no tocante ao decreto; mencionou que a representante da Associação de Bairro  
219 2 sugeriu também a concessão de novo prazo; ressaltou que, diante das divergências quanto à  
220 aprovação imediata do regimento interno, seria oportuno construir um consenso antes de  
221 deliberar; finalizou reconhecendo o argumento do representante do Setor Empresarial 4 sobre  
222 a necessidade de definição, mas reiterando a sugestão de que a matéria não fosse deliberada  
223 na presente reunião; em sequência, a Presidente, Senhora Elisabete França, dirigiu-se ao  
224 Conselheiro titular da Associação de Bairro 4, solicitando-lhe o encaminhamento de propostas  
225 concretas; ressaltou-se que já havia sido compreendida a intenção manifesta de postergar a  
226 deliberação com o objetivo de viabilizar a construção de consenso entre os membros;  
227 ponderou, ademais, que conforme exposto pelo Procurador Chefe da Assessoria Técnica e  
228 Jurídica, todas as matérias oriundas do Conselho deverão, obrigatoriamente, ser submetidas à  
229 análise da Procuradoria Geral do Município, não havendo qualquer possibilidade de  
230 prosseguimento sem essa avaliação institucional; em seguida, com a palavra o Conselheiro  
231 titular da Associação de Bairro 4, Senhor José André de Araujo, após considerar que há, em seu  
232 entendimento, uma falsa polêmica instaurada no debate, procurou esclarecer que a  
233 constituição da segunda comissão deu-se por decisão soberana deste colegiado, sendo,  
234 portanto, legítima e amadurecida pelo conjunto dos conselheiros; ponderou, ademais, que  
235 imputar desvio a essa composição seria repetir uma crítica infundada, semelhante àquela  
236 anteriormente contestada; prosseguindo, dirigiu-se ao Procurador Chefe da Assessoria Técnica  
237 e Jurídica, Doutor Roger Francisco Borges, reconhecendo-lhe o domínio técnico, mas indicando  
238 que as próprias observações do mesmo poderiam servir de base para uma solução; sugeriu  
239 que, para iniciar os trabalhos de forma estruturada, seria necessário retomar a discussão sobre  
240 o decreto, uma vez que, segundo o artigo do Plano Diretor Estratégico, compete ao CMPU  
241 deliberar e propor regulamentações vinculadas ao referido instrumento normativo; sustentou,  
242 ainda, que a minuta apresentada padece de lacunas relevantes, como a ausência de  
243 especificações quanto aos prazos para apresentação, à composição e atribuições das  
244 comissões, bem como à sistemática de vista de processos e à condução das questões de



245 ordem nas sessões plenárias; tais omissões, segundo ele, prejudicam a finalidade do  
246 regimento, que é justamente disciplinar essas dinâmicas de funcionamento interno; por fim,  
247 apresentou sua proposta no sentido de que o colegiado, antes de deliberar sobre o regimento,  
248 defina, de maneira inequívoca, se o decreto vigente deve ser mantido, revogado ou  
249 reformulado; declarou que, em seu entendimento, tal decreto é desnecessário, por ser exigido  
250 apenas para processos eleitorais, e defendeu que a proposta mais adequada seria pela sua  
251 revogação; caso, porém, a maioria decida por sua permanência, sugeriu que seja então  
252 elaborado um novo texto, mais coerente com a lógica e competências do Conselho Municipal  
253 de Política Urbana; em seguida, com a palavra a Presidente, Senhora Elisabete França, dirigiu-  
254 se ao Conselheiro José André de Araujo, reiterando que o Conselho Municipal de Política  
255 Urbana deve concentrar-se na discussão da política urbana da cidade de São Paulo; observou  
256 que, conforme já mencionado pelo Conselheiro Eduardo Della Manna, o colegiado vem  
257 prorrogando sucessivamente a deliberação de uma questão de natureza meramente  
258 procedimental, qual seja, o regimento interno; pontuou que, em sua visão, o regimento deve  
259 tratar de aspectos como o tempo de fala dos conselheiros, o número de faltas permitidas e  
260 demais normativas operacionais; alertou, ainda, que considerar que agora o foco se deslocaria  
261 da análise do regimento para a revisão do decreto implica uma mudança de escopo que  
262 compromete, a seu ver, a legitimidade das discussões do colegiado; declarou que reuniões  
263 sucessivas têm sido consumidas por debates burocráticos, em detrimento de temas mais  
264 substantivos, como as metas de governo, cuja primeira minuta foi apresentada naquele  
265 mesmo dia, e que deveriam ser trazidas para o CMPU para discussão sistemática; sugeriu,  
266 portanto, que os conselheiros definam de forma objetiva se o regimento necessita de mais  
267 tempo para análise, e, em caso positivo, estabeleçam um prazo prático e conclusivo para o  
268 encerramento dessa etapa; em sequência, com a palavra o Conselheiro titular da União dos  
269 Moradores do Parque da Mooca, Avenida Presidente Wilson e Adjacências, Senhor José André  
270 de Araujo, apresentou questão de ordem, sustentando que sua manifestação encontra  
271 respaldo no princípio da legalidade; solicitou licença para proceder à leitura do inciso III do  
272 artigo 329 da Lei nº 16.050/2014, que define como atribuição do Conselho Municipal de  
273 Política Urbana debater e elaborar propostas de projeto de lei de interesse urbanístico e  
274 regulamentações decorrentes da referida norma; reiterou que sua argumentação se baseia no  
275 texto legal, não se tratando, portanto, de tentativa de procrastinação deliberativa; ademais,  
276 comentou que, quanto à afirmação da Presidente relativa à pauta de discussões, lembrou que  
277 é prerrogativa da Presidência incluí-las em sessões ordinárias ou extraordinárias, a depender  
278 da urgência; entretanto, registrou que apresentou diversas propostas de pauta, entre elas a  
279 relativa ao Parque Dom Pedro, as quais, segundo afirmou, não obtiveram qualquer resposta ou  
280 justificativa quanto à não inclusão; por fim, reiterou sua posição de que o obstáculo ao avanço  
281 da discussão do regimento interno reside no conteúdo do decreto, razão pela qual defendeu  
282 que o colegiado se debruce prioritariamente sobre ele; em seguida, com a palavra a Presidente  
283 do Conselho Municipal de Política Urbana, Senhora Elisabete França, afirmou compreender  
284 que a proposta em tela consiste na concessão de mais tempo ao colegiado para aprofundar a  
285 discussão acerca do regimento interno; em sequência, com a palavra a Conselheira Titular

286 representante do Setor Empresarial 1, da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura  
287 de São Paulo, declarou que, no espírito de construção democrática, era essencial buscar uma  
288 convergência entre as diversas manifestações apresentadas, especialmente considerando os  
289 esforços já empreendidos pelo colegiado; pontuou que, embora o regimento interno não seja  
290 a única pauta relevante para o Conselho Municipal de Política Urbana, ele constitui elemento  
291 fundamental para a sua operacionalização, devendo ser tratado com objetividade e  
292 simplicidade; frisou que a complexidade gerada no debate atual se configura como  
293 desnecessária e contrária aos interesses da coletividade; assim, propôs que se proceda à  
294 votação do regimento na forma como se encontra redigido, validando-se a simplicidade de sua  
295 estrutura e a consistência jurídica atestada pela Procuradoria Geral do Município, a fim de  
296 liberar o colegiado para se debruçar sobre as questões urbanas prioritárias da cidade de São  
297 Paulo, sugerindo a retomada de pautas mais substantivas e pertinentes à política urbana; em  
298 seguida, com a palavra, a Presidente indagou se seria possível concluir, a partir das  
299 manifestações apresentadas, que havia duas propostas delineadas para encaminhamento do  
300 debate; em seguida, com a palavra, o Conselheiro titular do Conselho Participativo Municipal  
301 da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, levantou uma  
302 ponderação destacando que, embora o regimento interno possa parecer uma questão de  
303 pequena complexidade, trata-se de elemento fundamental para distinguir uma prática  
304 democrática de uma conduta autocrática no interior do Conselho; afirmou que exemplos  
305 elucidativos já haviam sido apresentados anteriormente pelos Conselheiros Renata e José  
306 André; reiterou que, para que seja possível ao colegiado discutir com efetividade as temáticas  
307 da cidade, é imprescindível a existência de um regimento que assegure, entre outros aspectos,  
308 o direito de proposição de pautas; prosseguiu ressaltando que o regimento deve garantir que  
309 documentos como o plano de metas não sejam apenas recebidos após sua divulgação oficial,  
310 mas possam ser discutidos previamente pelo Conselho; afirmou igualmente que a  
311 normatização interna deve impedir que situações como a da implementação de embarcações  
312 na represa Billings, supostamente desconhecida pelos membros do colegiado até após sua  
313 execução, voltem a se repetir; frisou que a previsão de que as questões de ordem sejam  
314 resolvidas coletivamente constitui aspecto central do regimento a ser formulado; em seguida,  
315 abordando a questão do decreto, e referindo-se à manifestação anterior do Procurador Chefe,  
316 Dr. Roger Francisco Borges, observou que, considerando-se as atribuições legais conferidas ao  
317 Conselho Municipal de Política Urbana, seria cabível a elaboração de um regimento que não se  
318 limite aos termos do decreto vigente; propôs, assim, que os pontos eventualmente  
319 conflitantes com o decreto sejam entendidos como propostas para sua alteração; reforçou  
320 que, na medida em que se construa um decreto em conformidade com a lei, não haverá  
321 ilegalidade; criticou, no entanto, a hipótese de que qualquer decisão final recaia sobre a  
322 Assessoria Técnica e Jurídica (ATAJ), apontando que isso tornaria a atuação do colegiado  
323 meramente consultiva, uma vez que, segundo suas palavras, “a única coisa que talvez a gente  
324 possa discutir é propor trocar os funcionários da ATAJ”; finalizou afirmando que o CMPU deve  
325 pautar sua atuação pelas competências que lhe são conferidas em lei e que, portanto, deve  
326 formular um regimento alinhado ao marco legal vigente, cabendo às propostas que contrariem



327 o decreto servirem também como instrumento para sua eventual revisão; em sequência, com  
328 a palavra, a Presidente destacou a necessidade de objetividade no andamento dos trabalhos,  
329 indagando sobre o número de Conselheiros ainda inscritos para uso da palavra; solicitou que  
330 os próximos pronunciamentos fossem orientados à formulação de propostas concretas, uma  
331 vez que, conforme salientou, já fora possível identificar duas proposições distintas em curso;  
332 pontuou que parte dos Conselheiros manifestou-se favorável à deliberação imediata sobre o  
333 regimento interno, ao passo que outros defenderam o adiamento da votação mediante  
334 prorrogação do prazo para discussão do tema; em sequência, com a palavra, o Conselheiro  
335 Suplente representante do Setor Empresarial 4, Sr. Eduardo Della Manna, após cumprimentar  
336 a Secretária Executiva, manifestou seu apoio integral à proposta apresentada pela Conselheira  
337 Adriana Blay Levisky, representante titular do Setor Empresarial 1; afirmou ser favorável à  
338 aprovação, ainda na presente reunião, da minuta do regimento interno submetida à  
339 deliberação; destacou a importância de abrir, após tal deliberação, espaço para outras  
340 discussões no âmbito do Conselho Municipal de Política Urbana, inclusive a eventual revisão  
341 do decreto; ressaltou que a confusão mencionada anteriormente pela Conselheira Adriana  
342 possui, em seu entendimento, natureza de diversionismo, considerando que a pauta vigente  
343 refere-se ao regimento interno, e não à modificação de decretos ou dispositivos legais;  
344 concluiu reiterando sua disposição em votar a matéria conforme encaminhado; em sequência,  
345 com a palavra, a Conselheira Titular representante do Setor Empresarial 4, Sra. Beatriz  
346 Messeder Sanches Jalbut, da Associação Comercial de São Paulo; após saudar os presentes,  
347 declarou concordância integral com as manifestações anteriormente expostas pelos  
348 Conselheiros do mesmo setor, reafirmando apoio à deliberação da minuta do regimento  
349 interno conforme encaminhada na presente data; lembrou que o grupo de trabalho  
350 incumbido da elaboração da referida minuta já havia sido contemplado com, ao menos, duas  
351 prorrogações sucessivas de trinta dias para a conclusão de seus trabalhos; destacou que a  
352 solicitação de reunião extraordinária visava garantir a exclusividade da pauta, permitindo um  
353 debate dedicado, livre de interferência de outros temas correlatos às atribuições do Conselho  
354 Municipal de Política Urbana; concluiu, reiterando a necessidade de que a presente sessão  
355 resulte em deliberação efetiva sobre o regimento; em continuidade, manifestou-se o  
356 Conselheiro Titular representante das Entidades Acadêmicas e de Pesquisa 2, Sr. Daniel  
357 Todtmann Montandon (UNINOVE); após apresentar-se brevemente aos presentes e aos que  
358 acompanhavam a reunião, declarou sua intenção de contribuir com um comentário objetivo e  
359 uma proposta de encaminhamento, conforme solicitado anteriormente pela Presidência;  
360 observou que, apesar da existência de comissões anteriores, os trabalhos da última comissão  
361 formada para tratar do regimento interno não haviam sido devidamente concluídos,  
362 especialmente no que se refere à sistematização das principais questões levantadas durante os  
363 debates; defendeu que o regimento ideal seria aquele aprovado por unanimidade, mediante  
364 consenso entre os membros deste colegiado, aclamado pela integralidade dos conselheiros, o  
365 que demandaria um processo deliberativo mais estruturado e transparente; pontuou que  
366 algumas das divergências poderiam ser equacionadas não apenas por meio do texto do  
367 regimento, mas também pela eventual criação de comissões temáticas; sugeriu que, sendo

368 esta uma reunião extraordinária dedicada especificamente à pauta do regimento, seria  
369 oportuno que os membros da última subcomissão expusessem os pontos ainda não  
370 contemplados no documento final, de modo que estes pudessem ser debatidos com clareza e  
371 com o auxílio técnico da Procuradoria Geral do Município, presente na reunião; propôs, ainda,  
372 que o Conselho iniciasse imediatamente a leitura e discussão do texto da minuta, destacando  
373 as divergências remanescentes, com o objetivo de, caso houvesse convergência suficiente,  
374 deliberar ainda nesta reunião; alternativamente, indicou a possibilidade de encaminhar nova  
375 deliberação em sessão futura, caso o debate demonstrasse a necessidade de amadurecimento  
376 dos temas pendentes; concluiu sua intervenção reiterando a relevância de conduzir o processo  
377 de forma clara, respeitosa e orientada ao consenso; em seguida, tomou a palavra o  
378 Procurador-Chefe da Assessoria Técnica e Jurídica, Sr. Roger Francisco Borges, que prestou  
379 esclarecimentos quanto ao processo de revisão da minuta do regimento interno; informou  
380 que, ao contrário do que poderia ter sido compreendido, não houve, por parte da ATAJ ou da  
381 Procuradoria Geral do Município, qualquer proposição de nova redação ou substitutivo do  
382 texto original; explicou que a atuação limitou-se estritamente à análise jurídica da minuta  
383 elaborada pela subcomissão, tendo sido vetados apenas os dispositivos que, no entendimento  
384 da PGM, se mostravam em desacordo com a legislação vigente ou em contrariedade com o  
385 decreto que regulamenta o Conselho Municipal de Política Urbana; frisou que não possui  
386 competência institucional para propor dispositivos novos, sendo-lhe atribuído unicamente o  
387 poder de veto técnico-jurídico; reconheceu, todavia, que a minuta apresentada apresentou  
388 omissões significativas, especialmente no tocante à estruturação das comissões e à previsão  
389 de instrumentos para encaminhamento de propostas legislativas ou alterações normativas,  
390 como bem pontuado por membros do colegiado; argumentou que tais lacunas poderiam ser  
391 supridas futuramente, inclusive mediante novos aperfeiçoamentos ao regimento interno, sem  
392 que isso impedisse a eventual aprovação do texto atual; defendeu que um texto funcional,  
393 ainda que passível de revisões futuras, é preferível à ausência de regimento, sob o risco de  
394 paralisia das atividades do colegiado; salientou, por fim, que, caso a subcomissão insista em  
395 manter dispositivos que contrariem o decreto vigente, a ATAJ, por dever funcional, deverá  
396 manifestar-se contrariamente por meio de parecer técnico, sem prejuízo da soberania  
397 decisória do CMPU; concluiu reforçando a distinção fundamental entre a competência do  
398 regimento para disciplinar as regras de funcionamento interno e as limitações quanto à  
399 imposição de condutas a entes externos ao colegiado, exemplificando com situações análogas  
400 no âmbito do Poder Legislativo, e reiterando a necessidade de o regimento tratar apenas das  
401 disposições “da porta para dentro”; a Presidente propôs uma votação para decidir entre a  
402 apresentação e deliberação imediata do regimento ou apresentação da minuta do regimento  
403 com postergação da deliberação, com a primeira proposta aprovada por maioria de votos; na  
404 sequência, foi apresentada a seguinte questão de ordem pelo Conselheiro titular da União dos  
405 Moradores do Parque da Mooca, Avenida Presidente Wilson e Adjacências, Sr. José André de  
406 Araujo, a saber: “Coloco como questão de ordem o seguinte, eu vi aqui que foi colocado a  
407 questão do consenso, não, primeiro em relação aos destaques não foi apresentada antes da  
408 própria questão dos destaques que seriam analisados esses destaques por aclamação, por



409 voto nominal, então eu vi que muitas questões aqui principalmente dessa questão da situação  
410 omissão, ficou mais omissa ainda, porque se decidiu só enviar para questão da assessoria  
411 jurídica. Meu primeiro ponto a ser colocado como questão de ordem de nulidade dessa  
412 votação é a questão não foi devidamente esclarecido como seria a votação dos destaques, que  
413 forma seria decidido isso, já apresento minha questão de ordem e no meu voto eu peço  
414 também que seja aberto também para justificação para que possa constar no extrato e  
415 também na ata da reunião”; com relação a questão de ordem, a Presidente resolveu,  
416 esclareceu sobre a questão do rito definido em consenso e sobre os destaques, e em seguida,  
417 submeteu a minuta do Regimento Interno à deliberação, sendo a minuta aprovada por maioria  
418 de votos, 28 votos favoráveis, 11 votos contrários e uma abstenção; durante o regime de  
419 votação foi solicitado o registro no extrato das seguintes declarações de votos, a saber: a)  
420 Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães: voto contrário. “A pior forma de  
421 autoritarismo é fingir democracia e é isso que está acontecendo aqui, regimento não é um  
422 negócio para ser curtinho, é o regimento um texto para garantir a democracia. O que estamos  
423 votando aqui é o regimento que já existe com alguma perfumaria, e está nos sendo impedido,  
424 discutido de verdade o regimento que garante a democracia. Faço questão que vá para o  
425 extrato da ata e para a ata”; b) Conselheiro José André de Araujo: voto contrário. “Primeira  
426 questão, coloco como nulidade da reunião porque não foi votado a questão de ordem, a  
427 segunda coisa em relação ao meu voto de forma contrária, porque primeiro não aconteceu a  
428 devida justificativa da eliminação das sugestões que foram apresentadas conforme bem  
429 colocou aqui o Durval em relação ao trabalho da subcomissão responsável pelo regimento  
430 interno, então eu peço senhora Presidente que possa constar o voto contrário, porque  
431 concentra poder na mão da senhora presidente ok meu muito obrigado agradeço.” 03)  
432 **Encerramento:** Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Presidente agradeceu a  
433 participação, e convidou a todos para a penúltima reunião do encontro regional da  
434 Conferência da Cidade, previsto para o dia 02 de abril de 2025, e após encerrou a reunião às  
435 16h39min.

#### PRESIDÊNCIA

---

ELISABETE FRANÇA

PRESIDENTE

---

JULIA MAIA JEREISSATI

PRESIDENTE SUPLENTE

**APOIO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CMPU**

---

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA

SECRETÁRIO EXECUTIVO

**ENTIDADES PRESENTES**

**ORGÃOS MUNICIPAIS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)**

---

EVERTON DA SILVA

SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)**

---

JACQUES FELIPE IATCHUK VIEIRA

SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)**

---

CASSIO YUGO ABUNO

SUPLENTE



**SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM**

---

RAMON SANTOURO LEONARDI

TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF**

---

RICARDO AKIYOSHI SAKAMOTO

SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ**

---

MARIA LÚCIA PALMA LATORRE

SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB**

---

ANA CAROLINA NUNES LAFEMINA

TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC**

---

MARCOS PAULO CAMPOS FERREIRA DA COSTA

SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT**

---

ROGER WILLIANS DA FONSECA

TITULAR

---

LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL

SUPLENTE

**COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB**

---

KEILA CRISTINA MARINS CARDOSO

SUPLENTE

**SUBPREFEITURA**

**PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO CENTRO**

---

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES

SUPLENTE

**SOCIEDADE CIVIL**

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 2**



FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES

SUPLENTE

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE**

---

ANA PAULA LIMA

TITULAR

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO CENTRO**

---

STELA DE CAMARGO DALT

TITULAR

---

FÁBIO JORGE BENINI CABRAL

SUPLNTE

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 1**

---

ELODIA FÁTIMA FILIPPINI

TITULAR

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 1**

---

DURVAL TABACH

TITULAR

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 2**

---

ANGELI FRANCO NOBRE

TITULAR

**ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS (1)**

---

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO

TITULAR

**ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS (2)**

---

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA

TITULAR

**SETOR EMPRESARIAL (1)**

---

MÁRCIO JEHA CHEDE



TITULAR

**SETOR EMPRESARIAL (3)**

---

LUCIANA LINS NASCIMENTO

SUPLENTE

**SETOR EMPRESARIAL (4)**

---

EDUARDO DELLA MANNA

SUPLENTE

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

---

JULIANA LEMES AVANCI

SUPLENTE

**ENTIDADES ACADÊMICAS (1)**

---

VIVIANE MANZIONE RUBIO

TITULAR

**ENTIDADES ACADÊMICAS (2)**

---

DANIEL TODTMANN MONTANDON

SUPLENTE

**CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - CMTT**

---

MAURO SÉRGIO CALLIARI

TITULAR

**SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS – STM**

---

LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES

TITULAR

---

MARIANA OHIRA HASHIMOTO

SUPLENTE